

O MUSEU MUNICIPAL ÂNGELO ROSA DE MOURA (PORANGATU-GO) E AS REIVINDICAÇÕES PELO PATRIMÔNIO CULTURAL

THE ANGELO ROSA DE MOURA MUNICIPAL MUSEUM (PORANGATU- GO) AND CULTURAL HERITAGE CLAIMS

Max Lanio Martins Pina¹

Endereço profissional: Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte,
Unidade Universitária de Porangatu. Av. Brasília, 2389
Cep. 76550-000
Porangatu - GO, Brasil
E-mail: maxilanio@yahoo.com.br

Yussef D. S. Campos²

Endereço profissional: Universidade Federal de Goiás
Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia - Prédio da Reitoria
Cep. 74690-900
Goiânia - GO, Brasil
E-mail: yussefcampos@ufg.br

Resumo: Este artigo faz levantamento histórico do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, situado em um antigo prédio que foi uma importante casa de comércio de “secos e molhados”. Recebeu o nome de Casa Jaguatirica e foi a residência do primeiro prefeito eleito desse município, o qual conferiu ao Museu a sua nomenclatura atual. Considerando o conflito como intrínseco ao patrimônio e as diferentes apropriações do Museu, nossa intenção é perceber o perfil do público que o frequentou, as nuances sobre a valorização patrimonial que ele recebe e a potencialidade como espaço científico, cultural e propício ao ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura; Porangatu.

Abstract: This article makes a historical survey of the Ângelo Rosa de Moura Municipal Museum (Porangatu, Goiás, Brazil), housed in an old building that was an important “dry and wet”. It was named Casa Jaguatirica, and was the residence of the first elected mayor of that municipality, which gave the Museum its current nomenclature. Considering the conflict as intrinsic to the heritage and the different appropriations of the Museum, our intention is to understand the profile of the public who attended it, the nuances about the heritage appreciation that it receives and its potential as a scientific, cultural and conducive space for teaching and learning.

Keywords: Cultural heritage; Angelo Rosa de Moura Municipal Museum; Porangatu.

¹ Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG, Campus Norte, Unidade Universitária de Porangatu). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS, Goiânia-GO), especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO, Goiânia-GO). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG Campus Norte, Unidade Universitária de Porangatu).

² Professor Adjunto da Faculdade de História e permanente dos Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação ProfHistória - Universidade Federal de Goiás. Doutor em História (Universidade Federal de Juiz de Fora); Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas-RS. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural (Granbery e PERMEAR, Juiz de Fora-MG).

O núcleo fundacional de Porangatu: um passado constituído de ruínas

Pensemos o patrimônio como uma seara formada por uma miríade de identidades³, minada por campos de conflitos e interesses econômicos, políticos e simbólicos, inerentes ao próprio patrimônio⁴. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira ensina que “a busca patrimonial contemporânea reveste-se de engajamentos coletivos, embates e sensibilidades”⁵, que foi nomeado por Félix Vázquez de metamorfose da memória como representação da ação social⁶.

Para exemplificar essas nuances, vejamos como o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu é meio de disputas entre narrativas, identidades e memórias da população local, colocando-o como um caso mais de patrimônio como expressão política da memória. Mas, antes, uma pequena apresentação histórica ser faz necessária.

Chamamos de núcleo fundacional de Porangatu o local que no passado foi denominado de Arraial do Descoberto da Piedade, Descoberto de Nossa Senhora da Piedade ou somente Descoberto, lugar que na atualidade compõe a parte histórica da cidade e representa seu patrimônio histórico e cultural. Essa localidade começou a ser ocupado por volta do final do século XVIII, por população não-indígena.

A região onde está localizada a cidade de Porangatu começou a ser sistematicamente ocupada por população não indígena a partir dos anos finais do século XVIII. Mas, o ano exato do surgimento do núcleo populacional que originou o Arraial do Descoberto da Piedade, hoje denominado Porangatu, ainda é incerto. Porém, com base em documentos existentes, pode-se concluir que este início ocorreu entre os anos finais do século XVIII e a primeira década do XIX.⁷

A documentação referida no excerto, está relacionada aos documentos da “Notícia Geral da Capitania de Goiás” em 1783, organizados por Paulo Bertran no ano de 1996. Por

³ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. Séculos XVIII-XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

⁴ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do IPHAN*. Brasília: IPHAN, nº 23, 1994, p. 94-115. Ver: LOWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. Ver também: LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. *International Journal of Cultural Property*, (12): 393-423, 2005.

⁵ FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Busca patrimonial e políticas públicas de patrimônio cultural imaterial: em estudo de caso sobre São Lourenço do Sul (RS). In: FERREIRA, Lúcio Menezes Ferreira et al (orgs.). *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina*. Estudos de Caso. São Paulo: Annablume; CAPES, 2011, p.34.

⁶ VÁZQUEZ, Félix. *La memoria como acción social*. Relaciones, significados e imaginário. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001, p. 98.

⁷ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lanio Martins. Visita guiada ao sítio histórico do Descoberto: um relato de experiência. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Duceli; NETO, José. (Org.). *Aprendizagens Históricas: rumos e experiências*. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, p. 241.

meio das informações extraídas a partir destes, é possível concluir que o Descoberto da Piedade não aparece arrolado juntamente com os demais povoados que existiam nas proximidades naquele período, indicando assim, que seu núcleo fundacional provavelmente ocorreu posteriormente à data de 1783⁸. Até a presente data não foram localizados documentos da fundação, nem registros sobre a produção de ouro da provável mina existente nesta região, o que impede a precisão de uma data fundacional para o Descoberto⁹.

É importante salientar que são poucos os indícios que apontam que nessa região encontrou-se o metal precioso. Contudo, os médicos sanitaristas, Arthur Neiva e Belisário Penna, que passaram por estas terras em 1912 em expedição, fizeram a seguinte declaração: “Descoberto é um arraial decadente, fundado nos tempos coloniais, por exploradores do ouro. Nos arredores ainda se vêem os montes do cascalho revolvidos outrora”¹⁰. A partir da afirmação realizada pelos expedicionistas, pode-se presumir que no início do século XX, os moradores dessa região acreditavam que o Descoberto da Piedade havia surgido durante o período da mineração em Goiás. Outra situação que também deve ser levada em consideração, é o nome dado ao lugar, uma vez que a historiografia salienta o quanto era comum às bandeiras chamarem de “descoberto” os locais onde era encontrado o ouro¹¹.

Se a cidade de Porangatu teve sua origem a partir da mineração, o que se pode deduzir é que ouro aqui encontrado foi irrisório, e não teve a mesma abundância como em outras localidades de Goiás onde isso ocorreu. Todavia, a cidade estruturava-se em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade ou Matriz Velha, que fora construída em um local mais elevado, e era o centro deste vilarejo¹². Pressupõe-se que esta construção ocorreu no final do século XIX, porém, ainda não foi possível encontrar dados que possam confirmar essa informação. O morro onde a Igreja está localizada foi construído artificialmente, e a mão de obra empregada para o feito, provavelmente seria de homens livres, e não de escravos como observado nas falas orais locais. Além disso, é importante ressaltar que do alto desse morro,

⁸ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lanio Martins. *Visita guiada ao sítio histórico do Descoberto: um relato de experiência*. *Op. cit.*, p. 240-248.

⁹ BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; PINA, Max Lanio Martins. Descoberto da Piedade: lugar de memória, lugar de história. *Anais Eletrônico do Congresso Acadêmico-Científico da UEG Porangatu: Interculturalidades e Formação em Debates*. v.5, n.1, 2015, p. 26-31.

¹⁰ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Tomo VII, 1916, p. 216.

¹¹ BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; PINA, Max Lanio Martins. *Descoberto da Piedade: lugar de memória, lugar de história*. *Op. cit.*, p. 26-31.

¹² SILVA, Luana Carla de Souza. *A história de um lugar: o núcleo fundacional de Porangatu (GO)*. Orientadora: Deusa Maria Rodrigues Boaventura. 2017. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

ainda se pode observar nos dias atuais alguns imóveis de diferentes períodos, destacando-se alguns poucos de características coloniais e outros ao estilo Art Décor¹³.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade foi edificada no meio do Arraial do Descoberto, em um lugar alto que lhe dá destaque. Com janelas e grandes portas de madeira, segue uma arquitetura comum aos templos da época colonial em Goiás. Possui três portas: uma mais larga, a principal, ladeada por duas menores. Em frente da porta principal foi colocado um cruzeiro de madeira. Acima da porta principal existem duas janelas pequenas, feitas de madeira.¹⁴ (SILVA, 2017, p. 95).

Um fato a ser notado é que a porta de entrada do templo está direcionada ao poente e não à nascente do sol, como era costume nas construções de igrejas católicas. E na tradição oral da cidade, existe uma explicação sobre o motivo da construção dessa igreja fugir à regra. Acredita-se, que uma das famílias benfeitoras do templo queria saber quem entrava e saía do mesmo, por isso, no momento em que ele foi erigido, determinou-se que sua entrada seria em direção ao pôr sol, visto que, essa família residia naquela direção, e de lá seria possível averiguar tudo o que ocorresse na Igreja.

A Igreja Matriz Velha sofreu ao longo dos anos 80 e 90, do século passado, várias modificações (reformas), as quais foram capazes de alterar sua arquitetura original. Um dos exemplos foi a substituição do telhado colonial na década de 1950, que era coberto com telhas de barro do tipo colonial (capa e bica), por telhas francesas, obrigando os reformadores à modificar a inclinação da cobertura do templo, retirando assim a característica do telhado original¹⁵.

Nos anos 80, foram realizadas obras urbanísticas em torno do templo, retirando parte da terra que formava o morro elevado onde ele está localizado, e acrescentando escadarias para dar acesso às portas lateral e frontal, o que comprometeu assim a base e a estrutura do templo. Em 1998, a Igreja passou por uma obra de restauração com recursos oriundos do Ministério da Cultura e o apoio da Prefeitura Municipal de Porangatu. Vários especialistas foram contratados para alcançar a concepção mais próxima do original, e o parâmetro para tal, foi buscado nos relatos de moradores e em fotografias da década de 1940. As escadarias

¹³ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lanio Martins. *Visita guiada ao sítio histórico do Descoberto: um relato de experiência*. *Op. cit.*, p. 240-248.

¹⁴ SILVA, Luana Carla de Souza. *A história de um lugar: o núcleo fundacional de Porangatu (GO)*. *Op. cit.*

¹⁵ MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado*. Orientador: Ney Dantas. 2003. 108 f. Monografia (Especialização *lato sensu* em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

foram retiradas, o morro artificial foi novamente levantado e o telhado voltou a sua configuração colonial.

As casas que faziam parte do núcleo fundacional e que ficavam em torno da Igreja, em sua maioria, eram construções simples, feitas de tijolo adobe, com alicerces de pedra ao estilo colonial¹⁶. As casas maiores pertenciam a indivíduos com um poder aquisitivo mais elevado. Entretanto, como todas eram casas sem luxo, isso sugere que a busca pelo ouro na região não obteve sucesso, já que, em sua estrutura o Arraial do Descoberto da Piedade não demonstrava possuir arquitetonicamente a mesma suntuosidade típica dos locais onde a economia aurífera, em Goiás, foi preponderante e dominante durante o século XVIII.

O núcleo fundacional da cidade de Porangatu, até então conhecido como Descoberto da Piedade foi monumentalizado a partir de interesses intelectuais e políticos que não levaram em consideração a dinâmica urbana e seus grupos heterogêneos, os quais compartilham o mesmo passado comum. Foi por intermédio do projeto “Cidades históricas de Goiás”, dirigido pelo historiador Paulo Bertran em 1979, enquanto diretor do periódico *Jornal O Popular*, que Porangatu foi apresentado para todo o Estado de Goiás, através de um discurso que a colocava como cidade digna de ser preservada¹⁷:

[...] Curiosamente Porangatu conserva um dos mais íntegros conjuntos entre as velhas cidades de Goiás. Na mecânica de algumas cidades antigas, as praças centralizam ruas de acesso radiantes, obtém-se a preservação do centro pelo anteparo que as ruas mais recuadas impõem à avalanche dos tempos modernos. É que, por incidente, ali chegou a Belém-Brasília, o córrego do Congo era passagem rodoviária pouco recomendável. Mas fácil o acesso a partir do espigão leste. E por esse fato salvou-se o essencial da velha Porangatu. Cabe agora a seu povo mantê-la e preservá-la, como testemunho vivo da mais extrema conquista a Noroeste que Goiás pôde fazer durante seu primeiro século.¹⁸

Essa narrativa passou a fazer parte do discurso da elite política e intelectual de Porangatu, que na década de 1980 por meio da Lei Municipal 590/84 de 18 de abril de 1984, declarou a “Cidade Velha” ou o “Descoberto” como patrimônio histórico.

Art. 1º fica, com esta Lei, considerado Patrimônio Histórico Municipal e feito o seu tombamento para fins da preservação da memória do Município de

¹⁶ BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; LIMA, Genilda Pereira Batista; PINA, Max Lanio Martins. As contribuições do estudo do patrimônio para a história local e para o ensino de história. *Revista Sobre Ontens*, vol.2, 2016, p. 1-25.

¹⁷ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O Patrimônio Histórico do Descoberto da Piedade nos registros da monumentalidade. Op. cit.*, p. 97-106.

¹⁸ BERTRAN, 1979, p. 32, *apud* ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O Patrimônio Histórico do Descoberto da Piedade nos registros da monumentalidade. Op. cit.*, p. 100.

Porangatu, toda Cidade Velha ou Descoberto; Art. 2º fica terminantemente proibida a mudança ou alteração na fachada (sic.) dos prédios que implique na modificação do seu estilo arquitetônico primitivo;¹⁹

Todavia, é conhecido que essa lei não foi regulamentada e acabou sendo esquecida, indicando que o referido patrimônio não conseguiu ressoar como deveria, ou como se esperava²⁰. É necessária atentar que, a circunstância da existência de uma lei, não indicará que o bem patrimonial será protegido ou preservado:

É preciso ainda atentar-se para a ilusão de que um título ou uma Lei tenha poderes mágicos para proteger e preservar um determinado patrimônio. Essa proteção só será eficaz, na medida em que a população se sinta a principal interessada e aproprie-se desse patrimônio. E nem sempre necessariamente, a elaboração de atividades econômicas relacionadas ao turismo cultural e ambiental, produzirá os efeitos benéficos esperados, especialmente se não forem efetuados os estudos e levantamentos de avaliação e impacto na área afetada, facilitando o planejamento para um gerenciamento positivo²¹.

Neste sentido, o núcleo fundacional de Porangatu não ressoou na memória local e isso pode ser observado pelo total abandono por parte da população e do poder político quanto a sua preservação e a sua conservação. As características ressaltadas por Paulo Bertran e elegidas pela Lei 590/84, não foram respeitadas e nem mantidas, e as antigas casas que ainda resistem à ação do tempo, estão quase em ruínas. Salvo àquelas que pertencem ao poder público, como é o caso do Casarão²², local que sedia o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura.

O advento da modernidade, que aqui é entendido como a chegada da Rodovia BR 153 no ano de 1953 na cidade de Porangatu, contribuiu significativamente para a transformação e abandono do seu núcleo fundacional, dado que, esse acontecimento deslocou os moradores pioneiros da região do Descoberto para outros bairros da cidade. Em virtude desse acontecimento, eles os antigos proprietários venderam seus imóveis para outras famílias que não possuíam vínculo histórico ou afetivo com o lugar. Essa situação contribuiu para a

¹⁹ PORANGATU. Lei n. 590, de 18 de abril de 1984.

²⁰ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. *O Patrimônio Histórico do Descoberto da Piedade nos registros da monumentalidade*. Op. cit., p. 97-106.

²¹ MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado*. Op. cit.

²² Casarão é o nome pelo qual é conhecido o edifício onde está localizado o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu.

descaracterização dessa região, e transformou o Centro Histórico de Porangatu em um lugar sem significado histórico e até mesmo sem valor cultural²³.

O Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu: versões da História

O Casarão é uma construção muito antiga que faz parte do Arraial do Descoberto da Piedade, e foi erigido por volta da primeira metade do século XX²⁴. Por volta dos anos de 1940 o Casarão passou a representar a opulência das famílias mais abastadas que compunham o povoado, além de transformar-se em um espaço de socialização, de informação e de abastecimento de tecidos e alimentos para a população local. O Casarão também foi utilizado como pensão, que tinha a finalidade de abrigar visitantes e viajantes que estavam de passagem pelo “Arraial”.²⁵

O Casarão foi construído ao tempo decorrido de seis meses e atendeu ao desejo de seu idealizador e proprietário, o qual desenhou a “maquete” para ser um projeto inovador para o Arraial do Descoberto da Piedade²⁶. Esse edifício foi erguido em estilo colonial, e funcionava como um importante ambiente para atendimento da população nos mais variados tipos de serviços:

[...] funciona no antigo Casarão, imóvel construído no início do século XX para sediar a Casa Jaguatirica, que agregava sob o mesmo teto uma loja de secos e molhados, um restaurante, farmácia, correios, serviço de microfone que fazia anúncios comerciais, tocava músicas e divulgava notícias comandado pelo Sr. Aristeu Marques.²⁷

O nome comercial do estabelecimento (armazém) que ocupou o prédio do Casarão foi “Casa Jaguatirica”, que pertenceu ao Sr. Ângelo Rosa de Moura, de quem o museu recebeu posteriormente a nomenclatura²⁸. Nascido em 1911 na cidade de Arraias, passou a residir no

²³ BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; PINA, Max Lanio Martins. *Descoberto da Piedade: lugar de memória, lugar de história. Op. cit.*, p. 26-31.

²⁴ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lanio Martins. *Visita guiada ao sítio histórico do Descoberto: um relato de experiência. Op. cit.*, p. 240-248.

²⁵ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. *Cadernos do lepaarq.* (UFPEL), v. 11, n. 21 (2014), p. 158-172.

²⁶ MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado Op. cit.*

²⁷ ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lanio Martins. *Visita guiada ao sítio histórico do Descoberto: um relato de experiência. Op. cit.*, p. 246.

²⁸ MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado. Op. cit.*

Descoberto da Piedade por volta da década de 1930 vindo da cidade de Anápolis. Tornou-se comerciante, sapateiro e político. Casou-se com dona Maria Martins de Moura, foi eleito vereador em 1944, e exerceu o cargo de prefeito por duas legislaturas a primeira em 1948-1952, a segunda de 1957-1961²⁹.

Nessa primeira fase da história desse local, percebemos que além de servir como residência do Sr. Ângelo Rosa de Moura, o Casarão foi um estabelecimento de negócios para o pequeno povoado do Descoberto da Piedade, onde se comercializavam produtos de primeira necessidade, que o próprio Ângelo Rosa de Moura trazia de suas viagens para Anápolis nos lombos de cavalos:

A história do casarão e, conseqüentemente, do museu, tem origem quando Ângelo Rosa abriu um dos primeiros comércios da cidade, a casa Jaguatirica, onde se comercializavam produtos trazidos de viagens do proprietário como: ouro, peles de animais silvestres, café, sal, açúcar, etc.³⁰

O Casarão permaneceu funcionando com todas as atividades descritas acima, até o falecimento de seu proprietário, que ocorreu no ano de 1970³¹. O referido imóvel foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Porangatu no ano de 1980, que contratou o artista plástico Eddie Pacheco para conduzir sua restauração para implantação da Feira Permanente de Artesanato de Porangatu³².

Vejamos o relato de Ana Braga, para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em sua edição número 20, de 2009, sobre a aquisição desse imóvel:

Incentivamos ao ex-prefeito, Dr. Trajano Machado Gontijo, adquirir por compra, o Casarão Ângelo Rosa, onde se instalaria uma escola e se faria exposição permanente de artesanatos feitos pelos porangatuenses da cidade e do interior do município, através das rodas de fiar dos entalhes, dos bordados, das pinturas, etc. Uma oficina profissionalizante que ali se instalaria, para estimular o trabalho e incentivar o turismo e o trabalho na velha praça. Não foi muito fácil a aquisição daquela histórica casa. A viúva de Ângelo Rosa, Dona Maria (mais por amizade à minha pessoa e por atenção ao Sr. Aristeu Marques que tinha sido amigo do Sr. Ângelo Rosa), acabou vendendo-nos a casa por um preço simbólico.³³ (BRAGA, 2009, p.181).

²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. *Ângelo Rosa de Moura*. Disponível em: <http://www.camaraporangatu.go.gov.br/prefeitos/ngelo-rosa-de-moura-285>. Acesso em: 20 mar. 2019.

³⁰ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. *Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu*. *Op. cit.*, p. 158-172.

³¹ Idem.

³² MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado*. *Op. cit.*

³³ BRAGA, Ana. Primórdios históricos, educacionais e culturais de Porangatu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. n.20, (2009) - Goiânia: Asa Editora, 2009. p. 169-186.

Partindo da fala de Ana Braga, podemos perceber que nos anos de 1980 havia em Porangatu, um desejo de revitalizar a região do Descoberto, que seria promovendo por meio do poder público atividades que aglutinassem a população daquele bairro. Porém, o Casarão já não possuía as mesmas condições de quando fora a Casa Jaguatirica, a ação do tempo havia se sobreposto a ele, foi necessário um trabalho árduo de mutirão, e ao mesmo tempo de conscientização para apropriação do pela população do bairro, assim como pela opinião pública dos demais moradores da cidade:

Mas, a casa estava cheia de montes de terra, além de escurecida pela sujeira e pela falta de uso, há tempos! Pedi a participação dos habitantes da velha cidade e todos me ajudaram a retirar os entulhos e a terra, que o caminhão da prefeitura levou para os arrabaldes. Nesta altura já eu, pelos jornais, falava do trabalho social que se desenvolvia ali. Falava através de "O Popular" e de outros jornais e pela TV, pedindo o apoio dos governantes ao novo núcleo incentivador da cultura e do trabalho, em Porangatu.

Em consequência da aquisição e reforma do Casarão, em 1981, ele passou a abrigar o Centro de Tradições, e a partir daquela época, foram desenvolvidas em suas instalações diversas atividades culturais como: “encontro de moradores, feiras de artesanato, apresentações musicais, festas e recepções”³⁴

Essas manifestações culturais contribuíram para fazer a ponte entre os moradores locais e aquilo que o Casarão passou a representar, pois tinha sido apropriado como espaço de lazer, de oficinas para trabalhos artesanais, para manifestações culturais, bem como um lugar para entretenimento dos moradores do Descoberto. Neste sentido, o projeto estava cumprindo o seu papel social, uma vez que possibilitava a conexão entre a população daquela região com as tradições já abandonadas e até mesmo esquecidas.

Na década de 1980, havia em Porangatu um discurso de patrimonialização do Descoberto, como já foi mencionado, e neste sentido, entendemos que por meio desse discurso foram criadas leis orgânicas para estabelecer e elevar o Descoberto a categoria de patrimônio histórico do município. Portanto, foi dentro deste contexto que em 12 de maio de 1989 a Lei 1.210, instituiu o Museu Municipal, e que em 14 de agosto de 2001, através da Lei 2.050-A altera o nome para Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu³⁵. Ao fazer uma análise dos impactos da criação do Museu e de sua locação para o antigo prédio

³⁴ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. *Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu*. *Op. cit.*, p. 160.

³⁵ PORANGATU. Lei n. 1.210, de 12 de maio de 1989. Institui o Museu Municipal. Institui o Museu Municipal. Ver também: PORANGATU. Lei nº 2050-A, de 14 de agosto de 2001. Altera o nome do Museu Municipal em Porangatu, para Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu.

do Casarão, as pesquisadoras Manuelina Maria Duarte Cândido e Mana Marques Rosa afirmam que:

as atividades do Centro de Tradições foram interrompidas provocando distanciamento da comunidade em relação ao local. Assim, o espaço antes apropriado pela população por meio da realização de atividades, encontros e oficinas, passou a ser um lugar aparentemente menos interessante e pouco inserido na dinâmica da cidade.³⁶

Visto que o Museu foi estabelecido no Casarão, ele não conseguiu se aproximar da população do Descoberto, pelo contrário, provocou um distanciamento, pois a realidade ali imposta não fazia mais sentido para as pessoas daquele bairro, tendo em vista que ele não comungava com os seus interesses e ideais. Mesmo assim, o discurso de patrimonialização tão ativo nas décadas de 1980 e 1990, foi mantido nos anos 2000, e a musealização do local foi mantida e na sua primeira fase passou a expor ao público objeto que:

A maior parte do acervo histórico encontra-se em exposição e constitui-se, basicamente, de peças que pertenceram a Ângelo Rosa, trazidas para uma exposição comemorativa (temporária), mas posteriormente incorporadas ao acervo.³⁷

Alguns poucos objetos pessoais do Sr. Ângelo Rosa de Moura passaram a compor permanentemente o acervo do Museu, além de outros como: máquinas de costurar, tear, moedor, fotografias, entre outros³⁸. Porém, a partir de 2004 o Museu forneceu endosso institucional para pesquisas na área de Arqueologia Preventiva, realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia por meio do Projeto Chapada que havia sido contratado pela empresa Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A, sediada na cidade de Alto Horizonte – GO³⁹. O material arqueológico encontrado por meio desse projeto passou a salvaguardar, bem como a compor, o acervo permanente do Museu:

O acervo pré-colonial resgatado totalizando mais de 84.000 peças a maioria correspondendo a fragmentos de cerâmica (prancha 91). Além de ser um acervo representativo, do ponto de vista qualitativo, pode-se afirmar a natureza inédita desse acervo na região, apresentando diversas peças associadas aos contextos sociais, simbólicos e rituais de povos agricultores

³⁶ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. *Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu*. *Op. cit.*, p. 160.

³⁷ *Idem*, p. 164.

³⁸ *Ibidem*, p. 169.

³⁹ BARBOSA, Maria Doralice Nepomuceno; LIMA, Genilda Pereira Batista; PINA, Max Lanio Martins. *As contribuições do estudo do patrimônio para a história local e para o ensino de história*. *Op. cit.*, p. 1-25.

ceramistas que se estabeleceram nessa área. Urnas funerárias, adornos, carimbos corporais: artefatos que participaram ativamente das relações sociais vivenciadas nesses contextos. Também foi resgatado um acervo numeroso de artefatos relacionados às atividades de obtenção, preparo, manutenção e consumo de alimentos.⁴⁰

O acervo acima descrito não está à disposição do público, ele fica guardado de forma precária em uma das salas do prédio sem nenhum cuidado técnico. Oriundos desse material pré-colonial, ficam em exposição permanente os artefatos líticos e cerâmicos: fusos, carimbos corporais, urnas funerárias, bordas de cerâmica e machado lítico⁴¹.

No ano de 2003, a pesquisadora Deolinda Conceição Taveira Moreira, apresentou à população porangatuense, assim como para às autoridades políticas do município, um projeto para o Museu, que foi elaborado como produto final de sua especialização em Gestão de Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano na América Latina – ITUC/AL, Universidade Federal do Pernambuco. Nesse trabalho, ela oferece um modelo de gestão integrada ao Museu Municipal que se fosse acatado, provavelmente poderia ter conectado o espaço do Casarão com o passado-presente-futuro daqueles que integram o cotidiano do município. Sua crítica ao projeto de Lei 45/2001 de 18 de junho, que destinava ao Museu a sede do Casarão para homenagear seu “ilustre” idealizador, é pertinente, porque expõe o lado “perverso do patrimônio”, que é o de evidenciar determinados personagens históricos em detrimento de tantos outros que estiveram no mesmo cenário⁴².

A concepção de um museu da cidade, que fale ao povo e, do povo porangatuense, necessariamente haverá de falar dos que já se foram, do que fizeram, das raízes que deixaram, das festas, e, preferencialmente, relacionar passado-presente-futuro, para que as gerações que virão, possam dispor, se não de idênticas oportunidades, ao menos de condições similares de fruição do presente-passado.⁴³

Entretanto, podemos observar que a total negligência ao projeto acima referido, vai se qualificar no ano de 2007, através do Plano Diretor do município, tendo em vista que no seu texto, fica evidenciado que não se reconhece o espaço do Casarão como museu, mas

⁴⁰ SOUZA, Margareth de Lourdes; ZANETTI, Paulo (Coordenação Científica). Relatório Final. *Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural: Projeto Chapada*. Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A. Alto Horizonte-GO, 2004, p. 173.

⁴¹ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. *Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu*. *Op. cit.*, p. 169.

⁴² KULEMEYER, Jorge Alberto; CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. (Org.). *El lado perverso del patrimonio cultural*. EDIUNJU. Jujuy, Argentina: EDIUNJU, 2017.

⁴³ MOREIRA, Deolinda Conceição Taveira. *Museu da cidade de Porangatu: projeto museológico e de preservação do patrimônio integrado*. *Op. cit.*, p. 53.

apenas como área especial de interesse histórico e cultural juntamente com outros imóveis que compõe o Descoberto da Piedade:

§ 2º- São consideradas Áreas Especiais de Interesse Histórico e Cultural: a área delimitada do Descoberto – com seu conjunto arquitetônico, os edifícios históricos caracterizados pelo antigo Fórum, a antiga Cadeia Pública, a Praça e a Igreja Nossa Senhora da Piedade, o Casarão, a Praça do Poço do Milagre e a antiga Casa dos Correios, bem como as áreas lindeiras as citadas.⁴⁴

Apesar da importância do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu para salvaguardar o patrimônio cultural e arqueológico pré-colonial, que foram encontrados na região norte do Estado de Goiás, no ano de 2014 foi publicado um exaustivo diagnóstico realizado pelas pesquisadoras Manuelina Maria Duarte Cândido e Mana Marques Rosa vinculadas ao curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás. O diagnóstico foi realizado para empresa Zanettini Arqueologia no ano de 2013. Nessa análise as autoras apontam vários problemas enfrentados pela instituição (conferir o quadro 1):

Quadro 1: Problemas do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu

Aspectos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Não possui definição de sua missão; - Não possui objetivos claros; - Não possui uma visão de futuro; - Ausência de recursos humanos; - Não há arquivo documental.
Aspectos Financeiros	- Recursos são modestos e quase ausentes.
Aspectos Arquitetônicos	<ul style="list-style-type: none"> - O prédio não foi construído com a finalidade de ocupar o Museu; - Não possui acessibilidade; - Necessidade de reforma do telhado; - Necessidade de reparos na parte elétrica;
Aspectos da Salvaguarda	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação museológica irregular; - Variação da temperatura e da umidade do ambiente; - Acomodação de material lítico e cerâmico inadequada.
Aspectos da Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Não há um trabalho regular junto as escolas (organizar agendamentos, preparar roteiros de visitação, estratégias de mediação e orientações pedagógicas). - Não há folders ou portfólios sobre o acervo e nem sobre a história do Museu. - Não há identificação externa do local como museu.

Fonte: adaptado de CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. Arqueologia, museu e perspectivas: o diagnóstico museológico do museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. *Cadernos do lepaarq.* (UFPEL), v. 11, n. 21 (2014), p. 158-172.

⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. *Plano Diretor Sustentável de Porangatu*. Projeto de Lei do Plano Diretor. Porangatu, fevereiro, 2007. Disponível em: <http://www.camaraporangatu.go.gov.br/imagens/geral/158.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Os dados apresentados no quadro 1, indicam que ao longo dos quase 30 anos de criação do Museu Municipal, não foi possível a sua apropriação como espaço integrante da dinâmica cultural, educacional, histórica e política da cidade de Porangatu. Fica explicitado que o poder público local, durante esses anos que decorre de sua instalação, não reconheceu e nem compreendeu seu valor histórico e cultural, visto que é evidente que o Casarão ressoa nessa esfera, porém, o Museu não conseguiu ecoar para além de interesses políticos.

Ressaltamos que a Lei Orgânica Municipal 1990, de 21 de dezembro de 2018, atribui ao município em vários de seus artigos a obrigação de:

[...] promover, a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual.

[...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

[...] impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

[...] Punir, na forma da lei, aqueles que causarem danos e ameaças ao patrimônio histórico e cultural;⁴⁵

De acordo com a Lei Orgânica Municipal 1990, é de inteira responsabilidade do município, zelar pela proteção e conservação de seus bens históricos e culturais. Nesse sentido, observamos que as informações expostas neste artigo, indicam que existe negligência das autoridades políticas quanto ao Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu.

Esta situação reflete aquilo que parece ser algo comum em nosso país, dado que assistimos no dia 2 de setembro de 2018, um dos maiores patrimônios culturais da nação, quiçá da humanidade, o Museu Nacional do Rio de Janeiro ser consumido pelo fogo. O Museu Nacional abrigava 20 milhões de objetos e documentos de valor inestimável para ciência, cultura e história da humanidade e era um importante acervo da memória histórica e antropológica nacional e internacional⁴⁶. Milênios de história que foram destruídos em poucos minutos, e tudo isso, teria sido evitado se as autoridades competentes,

⁴⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. *Lei Orgânica Municipal 1990*. 21 de dezembro de 2018, pp. 9, 13, 14 e 80. Disponível em: <http://www.camaraporangatu.go.gov.br/leis-organica>. Acesso em: 28 mar. 2019.

⁴⁶ Cf. G1. *Museu Nacional guarda acervo de mais de 20 milhões de itens*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/museu-nacional-guarda-acervo-de-mais-de-20-milhoes-de-itens.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2019. Ver: O POVO ON LINE. *O que havia no acervo de mais de 20 milhões de itens do Museu Nacional*. 03/09/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/09/o-que-havia-no-acervo-de-mais-de-20-milhoes-de-itens-do-museu-nacional.html>. Acesso em: 01 abr. 2019. Conferir também: CORREIO BRASILIENSE. *Conheça 7 itens preciosos que estavam abrigados no Museu Nacional do Rio*. Brasília, 03/09/2018. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/09/03/interna-brasil,703562/pecas-que-estavam-no-museu-nacional-do-rio.shtml>. Acesso em: 01 abr. 2019.

compreendessem a importância e efetivassem políticas de preservação e manutenção desses espaços para o desenvolvimento da ciência e da promoção cultural. Os dados referentes ao público que esteve presente em suas dependências em 2018 e início de 2019, serão analisados no item a seguir.

Diagnostico das visitas do Museu (2018-2019): os dados também falam.

O Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu quando do início deste texto, ficava aberto de segunda a sexta em horário comercial, e contava apenas com uma funcionária municipal concursada para serviços gerais, porém, ela assumiu a função de abrir/fechar, limpar/conservar e guiar o público pelos espaços destinados a visita, e ainda explicar as informações sobre todos os objetos em exposição permanente, porque o Museu não possui técnico responsável para esta função. Posto isto, pareceu-nos relevante fazer uma análise sobre o público que se dirige a este local de cultura e de memória. Tal análise possui a finalidade de identificar e perceber nuances que possam valorizar esse bem patrimonial, ou revelar o quanto ele está sendo negligenciado. Entendemos que essa instituição guarda em suas instalações um importante e numeroso acervo arqueológico e histórico das sociedades pré-colombianas que habitaram a região norte do Estado de Goiás, material este que possui um valor inestimável para a ciência e para a história da humanidade.

Sendo assim, adotamos para a observação do objeto um modelo quantitativo/qualitativo. Essa metodologia nos permitiu a partir de visitas *in loco* realizadas nos anos de 2018 e 2019, extrair informações que foram coletados a partir do Caderno de Visita do museu, e esses dados compreendem o período que vai de 13 de março de 2018 até 13 de fevereiro de 2019. Essa data foi escolhida pelo fato de representar um espaço decorrente de doze meses, uma vez que os dados foram recolhidos no mês de fevereiro de 2019, e queríamos compreender as características dos visitantes que haviam passado pelo Museu no decorrer de um ano.

O Caderno de Visita do museu é um livro em brochura, tipo livro ata, que contém várias páginas, e fica à disposição de todos aqueles que frequentam a instituição, que são convidados pela funcionária após a visita guiada, a deixarem o registro de sua passagem pelas dependências do Museu, com a assinatura de seu nome (as assinaturas são inscritas no livro uma abaixo da outra). Ressaltamos que os dados obtidos, podem não chegar a sua total confiabilidade quantitativa, tendo em vista, que nem todas as pessoas quando da sua presença no local, se sentem motivadas a ponto de deixarem registros de sua passagem pelo

local, o que indica que as informações apresentadas neste trabalho podem ser menores do que a exata realidade cotidiana das visitas. Apesar disso, entendemos que os elementos obtidos nos permitem fazer inferências em relação ao habitual do Museu.

Neste sentido, as informações coletadas possibilitaram a construção das Tabelas 1, 2, 3 e do Gráfico 1. A partir deles é possível apontar aproximadamente a quantidade de visitas no período analisado, a origem dos visitantes que frequentam o Museu, o perfil profissional dos mesmos, bem como, perceber a variação do fluxo de visitação em cada mês. Em seguida apresentamos a Tabela 1, que representa o total de pessoas que estiveram nas dependências do Museu no período que cobre cerca de um ano.

Tabela 1: Quantitativo de pessoas que visitaram o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu (2018-2019)

Sexo	Masculino	Feminino	Total
Quantidade	285	344	629

Fonte: dados coletados no Caderno de Visitações do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu

Observamos que por meio do Caderno de Visitação foi possível chegar ao somatório de 629 pessoas que passaram pelo Museu no período descrito (conferir Tabela 1). Se comparado com a população estimada do município de Porangatu que é de 45.151 habitantes (IBGE, 2018), a quantidade de visitantes no Museu representa quase 1,4% desse total, indicando assim, que seu fluxo de visitação ainda é muito irrisório, o que nos permite dizer, que a população local ainda não descobriu e nem percebeu seu potencial como espaço cultural, de lazer e de educação.

Esse dado fica ainda mais agravante quando percebemos que do total de visitante, somente 390 são oriundos de Porangatu e os demais de outras localidades (conferir Tabela 2). Essa situação indica que apenas 0,87% dos moradores de Porangatu frequentaram o museu em 2018, menos de 1% da população da cidade. Tal conjuntura corrobora com tudo que foi apresentado anteriormente neste artigo, visto que, acreditamos que o descaso e a negligência das autoridades competentes com relação à instituição não permitem a sua visibilidade, assim como a falta de recursos humanos com habilidades técnicas para tornar o local atrativo, ocasiona quase um total desinteresse da população local pelo mesmo. Seguidamente temos a Tabela 2, que demonstra o local de origem dos visitantes do Museu no período aproximado de um ano.

Tabela 2: Origem dos visitantes do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu (2018-2019)

Cidades	Quantidades de Visitantes
Porangatu, Goiás	390
Outras cidades de Goiás	84
Cidades do Tocantins	40
Cidade de São Paulo	13
Distrito Federal	10
Cidades de Minas Gerais	09
Cidades do Pará	08
Cidades do Mato Grosso	03
Cidades do Rio de Janeiro	02
Cidades do Pernambuco	01
Cidades da Paraíba	01
Cidades do Paraná	01
Não declararam cidade de origem	67

Fonte: dados coletados no Caderno de Visitações do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu

Como já foi observado acima, a maioria dos visitantes do Museu pertence à cidade de Porangatu. No entanto, observamos que no período descrito passou pelas instalações do Casarão cerca de 239 pessoas que são oriundas de aproximadamente 48 cidades do Brasil. Acreditamos que esse número é ainda maior, tendo em vista que 67 pessoas não declararam no Caderno de Visitação sua cidade (Conferir Tabela 2). Em depoimento colhido no local, a funcionária responsável pela instituição garante que em anos anteriores, o fluxo das visitas era maior, mas que ela tem percebido que nos últimos anos esse fluxo está diminuindo gradativamente.

Chamou-nos a atenção, o fato de que algumas cidades do Estado de Goiás (São Miguel do Araguaia, Minaçu, Santa Tereza, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Mara Rosa, Campinaçu e Formoso), e do Estado do Tocantins (Sandolândia) que ficam localizadas próximas à Porangatu, frequentarem o Museu. Percebemos que na maioria delas não existe esse tipo de instituição ou algo próximo a ideia de museu. Assim, entendemos que o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu possui potencial para conseguir ampliar seu número de visitas, posto que é a única instituição dessa natureza que cobre o extremo norte do Estado de Goiás e o extremo Sul do Estado do Tocantins.

Acreditamos que uma parcela significativa dos visitantes oriundos de outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, passaram pelo Museu, movidos pelo convite de parentes e amigos, já que é um costume em Porangatu conduzir os hóspedes para conhecer a parte velha da cidade ou o Descoberto, que é o local onde está situado o Casarão. Em seguida, apresentamos a Tabela 3, nela descrevemos o

quantitativo de profissões do público visitante do Museu entre os meses de março de 2018 a fevereiro de 2019.

Tabela 3: Profissões registradas no Caderno de Visitações do Museu Ângelo Rosa de Moura (2018-2019)

Profissões	Quantidade
Estudantes	334
Professores	81
Autônomos	26
Profissionais Liberais	23
Vendedores	22
Funcionários Públicos	16
Donas de Casa	12
Operador de Máquinas	10
Aposentados	09
Cargos Eclesiásticos	06
Vigilantes	04
Militares	02
Políticos	01
Não declararam profissão	83

Fonte: dados coletados no Caderno de Visitações do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu

A Tabela 3 nos ajuda a perceber que o maior público do Museu está ligado à educação. A despeito do trabalho realizado por Cândido e Rosa (2014) que apontam problemas quantos aos aspectos de comunicação do Museu, afirmando que ele não possui um trabalho regular com as escolas existentes no município, o maior público de visitantes do local é formado por alunos e professores, demonstrando assim, o potencial dessa instituição como espaço lúdico e concreto para práticas pedagógicas e didáticas relacionados ao ensino e a aprendizagem.

Esta situação corrobora com uma infinidade de publicações nos últimos anos, que fazem a relação entre o museu e a escola, esses estudos versam sobre: museu como sala de aula; museu e ensino de História; museu como espaço formativo em ciências; o museu como espaço para reflexão social; museu e o ensino de Biologia; etc. Convém reforçar que o museu não é apenas um local de entretenimento e admiração, mas é também de aprendizagem e de reflexão. No caso do Museu analisado, falta a ele esse propósito específico, como afirma Cândido e Rosa (2014), ele não possui definida sua missão e nem seus objetivos.

As várias profissões apresentadas na Tabela 3 demonstram que além da escola, o Museu foi frequentado por pessoas de todas as classes sociais. Esse público nos faz

compreender que o Museu, é uma local de interesse para pessoas de todas as escolaridades, pois como foi possível observar os frequentadores representam um grupo eclético que vai desde o profissional liberal às donas de casa, de funcionários públicos a trabalhadores autônomos e braçais, etc.

Notamos que no espaço de aproximadamente um ano, no que concerne a representatividade de autoridades políticas, apenas um representante desse seguimento visitou o Museu (conforme Tabela 3). Utilizaremos essa informação para substanciar o quanto esse espaço tem sido negligenciado pelos homens públicos ligados ao município. Para Pina (2018) o local do patrimônio cultural é um lugar de tensão e de negociação. Existem forças e interesses públicos e privados nesse campo de disputa, se de um lado temos a política na forma burocrática do Estado que é responsável pelo reconhecimento formal dos bens patrimoniais, do outro temos o ativista que pode ser intelectual ou não, que de maneira engajada, busca a emancipação do patrimônio cultural. Esse lugar de conflito deveria unir essas duas forças e não afastá-las, deveria ser uma ponte para estreitar as relações e possibilitar a manutenção dos bens já patrimonializados, como é o caso do Museu em questão.

O Gráfico 1 a seguir, representa a variação do público que deixou registro por meio de sua assinatura no Caderno de Visitação do museu da sua passagem pelo Casarão durante o período analisado (março de 2018 a fevereiro de 2019).

Gráfico 1: Variação mensal das vistas ao Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu (2018-2019)



Fonte: dados coletados no Caderno de Visitações do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu

Observamos que o pico nas visitas está registrado no mês de maio, isso se justifica porque o Museu participa regularmente desde 2005, da Semana Nacional dos Museus - SNM, evento que é promovido pelo Instituto Nacional de Museus – IBRAM, no mês de maio de cada ano. É por meio desse evento que o Museu recebe seu maior fluxo de visitantes tendo em vista que, a administração municipal concentra seus esforços para promoção de palestras, oficinas e exposições temporárias no período. Compreendemos então, que há uma dedicação maior por parte dos responsáveis pela administração do Museu Municipal, na concentração de atividades realizadas nas dependências do mesmo durante o mês de maio, visto que a referida casa de cultura passa a fazer parte de um roteiro nacional com programação pré-estabelecida a qual é divulgada na página do IBRAM na internet.

Considerações Finais

Ao longo deste texto, apresentamos nossa compreensão de que museu é um espaço científico, cultural e de ensino. Além disso, o museu é espaço de provocação e reflexão. Observamos que o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu possui todos esses aspectos em potencial. As práticas patrimoniais, como as que se apresentam vinculadas ao Museu, visam restaurar o passado no presente para projetar possibilidades em um futuro desejável⁴⁷, realizadas por agentes e atores do presente, à guisa de suas necessidades⁴⁸.

Nesse caso, o lado científico do Museu se justifica porque possui na sua salvaguarda um material rico em história e arqueologia que são importantes para a humanidade. Esses objetos precisam ser analisados e pesquisados de forma exaustiva, tendo em vista que revelam o cotidiano dos povos pré-colombianos ocupantes da região norte do Estado de Goiás. Nesse sentido, o Museu necessita de pessoal especializado para esse tipo de função. Sugerimos a urgente contratação de um arqueólogo permanente, que fique responsável pelo material em poder da instituição, bem como possa promover o desenvolvimento de oficinas e pesquisas em parcerias com outros institutos especializados.

⁴⁷ TILLEY, Christopher. Identity, Place, Landscape and Heritage. *Journal of Material Culture*, (11): 1/2, 7-32, 2006, p. 14.

⁴⁸ WEISS, L. Heritage-Making and Political Identity. *Journal of Social Archaeology*, (7): 3, 413-431, 2007, p. 571. Ver também: LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. *International Journal of Cultural Property*, (12): 393-423, 2005, p. 396.

No tocante ao aspecto cultural do Museu, observamos que a referida casa de cultura é um espaço procurado por uma variedade de pessoas, que tem a finalidade de visitar o local pelo potencial arqueológico e histórico que ele possui. Como foi apresentado na pesquisa, apesar da demanda ainda ser baixa, se comparado com outras instituições do gênero. No entanto, o Museu possui uma procura significativa de pessoas que não são do município de Porangatu, isto associado as inúmeras profissões que foram declaradas, ele representa um espaço que possui muito potencial cultural, devido a demanda eclética de profissionais de todos os seguimentos que estiveram em suas instalações. Sendo assim, acreditamos que os aspectos ligados à sua visibilidade precisam ser trabalhados de forma a alcançar melhor divulgação. Sugerimos a criação de um site na internet ou páginas nas redes sociais, para que a visibilidade da instituição se adéque ao modelo usual do público alvo que o frequenta.

Em relação ao ensino, o Museu é um espaço propício para promoção do ensino e da aprendizagem, pois possibilita aos estudantes visualizarem na prática aquilo que eles estudam nos livros de forma subjetiva. Essa faceta do Museu fica evidente na pesquisa, pois o maior público que o frequenta está relacionado a estudantes que passaram pelas suas dependências.

Ao finalizar esse trabalho observamos que a conclusão mais significativa que chegamos é o fato do Museu está instalado num prédio que não comunga com ele. Existe um abismo entre o Museu e o espaço que ele ocupa. Por isso, acreditamos que a solução para esse problema seria a mudança ou a transferência para outra localidade, se possível, que se construíssem um imóvel com a finalidade de recebê-lo. Concernente ao Casarão, o mais apropriado seria devolvê-lo à comunidade por meio da reativação do projeto cultural que ficou conhecido como “Centro de Tradições”.

Recebido em 05 de maio de 2020

Aceito em 07 de outubro de 2020